
Sujeitos comunicantes com deficiência intelectual: um estudo sobre usos e apropriações do jornalismo¹

Felipe Collar Berni²

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

RESUMO

O artigo repercute os principais achados da pesquisa que investigou a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual. Para tal, são entrelaçados os conceitos de cidadania comunicativa, direito humano à comunicação e acessibilidade comunicativa. A partir da triangulação metodológica, foram mobilizadas técnicas que privilegiam a oralidade dos coparticipes e a construção de espaços de compartilhamento e materialização do consumo. Como resultado, é possível sinalizar as principais características da recepção desses sujeitos: a presença do jornalismo de proximidade no consumo; o sensacionalismo como marca dos telejornais consumidos; a mobilização do consumo pelas pautas agendadas; o uso do jornalismo na concretude do cotidiano; e percepções e experiências moldadas pelo que se assiste.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; recepção; pessoas com deficiência intelectual; cidadania comunicativa.

Considerações iniciais

Este texto soma-se aos esforços de socializar os principais achados da pesquisa de mestrado *A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)³, além de compartilhar e fomentar reflexões que assumam as pessoas com deficiência como sujeitos centrais na constituição dos processos comunicativos. De maneira especial, retorno ao GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, quando em 2019 debatemos elementos e problemáticas de partida que resultaram na dissertação que neste artigo tensionamos seus resultados (BERNI, 2019). Porém, antes de avançar, torna-se oportuno situar o contexto da pesquisa para que possamos, depois, concentrar nossa reflexão em relação a recepção,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciências da Comunicação pela UNISINOS, com bolsa financada pela CAPES. Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: felipecollar@gmail.com.

³ Para conhecer o teor da pesquisa, consulte Berni (2021).

usos e significações que as pessoas com deficiência intelectual (PCDI) fazem do telejornalismo em suas relações cotidianas.

A compreensão de que a crise que o jornalismo atravessa - ao menos em alguma parte - perdura por conta de um desconhecimento a respeito de seus públicos, alicerça nossa reflexão. Também, o entrelaçamento entre cidadania e comunicação sustenta a materialidade da pesquisa, ao compreender o jornalismo como forma de conhecimento público capaz de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na consciência das pessoas. Assim, posicionando o jornalismo como organismo essencial para a vida em sociedade, manutenção e garantia da democracia e do exercício cidadão; compete a ele realizar esse movimento de agregar as pessoas com deficiência na sociedade através da cidadania comunicativa (MATA, 2006), com conteúdo que não exclua àqueles que historicamente a sociedade hegemônica marginaliza. Isso posto, a questão que norteou a pesquisa consistiu em perceber de que forma as pessoas com deficiência intelectual consomem os conteúdos jornalísticos veiculados nos telejornais e quais sentidos, significações e ressignificações produzem junto às suas relações sociais cotidianas.

É importante sinalizar que a percepção e o entendimento em relação a deficiência intelectual presente neste texto, surge a partir da interface com a Educação, que, por sua vez, compreende as especificidades dessa deficiência, a partir das limitações no intelecto e na sociabilidade (PAN, 2008). Perceba que o uso da nomenclatura pessoa com deficiência adotada aqui é feita de forma crítica. “Pessoa com deficiência”, nos remete a concepção e a ideia de uma “normalidade” em detrimento de uma outra forma de manifestação e experiência de vida, que por sua vez não se enquadra com aquilo socialmente tido como o normal. Haja vista estarmos longe de experimentar uma convivência social, na qual, indistintamente, todos são tratados e respeitados como “pessoas”, percebemos a necessidade de assumirmos as nomenclaturas como forma de pautar as lutas por autonomia, inclusão e direitos.

Cidadania comunicativa de pessoas com deficiência

Ao imbricar direito humano à comunicação, cidadania e acessibilidade comunicativa temos a oportunidade de refletir e reconhecer as pessoas com deficiência intelectual como sujeitos comunicantes. É tensionar o “receptor” na condição de sujeito ativo no processo comunicacional, rechaçando e superando compreensões atravessadas pelas teorias hipodérmicas que deslocavam o receptor a passividade e negligenciavam a

própria capacidade do sujeito em ressignificar e se apropriar dos conteúdos veiculados.

Quando falamos em sujeitos comunicantes, sinalizamos para o fato de que

as *pessoas em comunicação*, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora. Não obstante essa diversidade, de fato, a maioria dos processos estão em sintonia (e confrontação) com os sistemas e as culturas midiáticas estabelecidas no mundo atual. Os *sujeitos em comunicação*, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas [...] e em múltiplas dimensionalidades (MALDONADO, 2013, p. 90, grifos do autor).

Ao reconhecermos as PCDI como sujeitos comunicantes temos a oportunidade de posicionar a comunicação - de maneira específica, o jornalismo - como um direito essencial para a conquista, exercício e manutenção da cidadania. Podemos pensá-la como um processo necessário que provoca o surgimento, consolidação e aprimoramento da gama dos direitos civis; uma vez que a socialização da informação é fundamental à garantia e manutenção do exercício pleno da cidadania.

O que seria cidadania? María Cristina Mata fundamenta seu entendimento na perspectiva da participação e intervenção nos espaços públicos, influenciando a apropriação de direitos e possibilidades, ou seja, “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder” (2006, p. 08). Assim, quando buscamos a historicidade dos direitos humanos, essas perspectivas se aproximam da geração que constitui o direito à comunicação e tem reiterado a necessidade de participação no processo comunicacional como forma de constituir espaços potencializadores da liberdade e da autonomia. Essa compreensão vai ao encontro com a noção de cidadania comunicativa desenvolvida por Mata, que se materializa na “la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho” (MATA, 2006, p. 13), ou seja, reconhece na mídia um espaço de visibilidade e produção de direitos e deveres, conseqüentemente, a necessidade do cidadão em ocupar esses espaços. Dessa forma, contribui-se com o processo de produção de sentidos e da realidade, influenciando a agenda de discussão e a construção de conotações valorativas. É uma forma de ampliação da capacidade de intervenção e de ação das múltiplas naturezas sociais, sejam elas de caráter político, cultural ou comunicacional; fato que interliga a comunicação à cidadania, pois a partir da comunicação se conhece a opinião e a expressão do indivíduo, levando-o a participação

sem restrição na vida social. Nesse sentido, entende-se a cidadania comunicativa como elemento imprescindível para a existência de uma sociedade democrática e de cidadãos livres.

Quando nos aproximamos do debate que reconhece a comunicação como direito humano, mobilizamos algumas compreensões balizadoras. Uma delas é a necessidade social da informação, ou seja, como direito articulador que tem potencial de provocar o acesso aos demais conjuntos de direitos, perspectiva que conclama o jornalismo como forma de conhecimento (MEDITSCH, 1998). Nesse debate, o Relatório MacBride suscita importantes contribuições ao defender que “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (UNESCO, 1983, p. 287). A partir dessa percepção, Pedrinho Guareschi (2013) é taxativo: ao ser humano deve ser reconhecido o “Direito Humano à Comunicação”. De forma enfática, avança:

virá o tempo em que a Declaração Universal do Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação [...]. Esse direito ‘mais amplo’ vai além da pura liberdade de opinião, de expressão, de investigação e de difusão dessas informações. Ele faz parte de seu próprio ser. É um direito que o explicita, o desdobra, o multiplica e o complementa, planificando-o como ser humano. Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano; e as demais instâncias como a liberdade, a democracia, a política e a ética são impensáveis fora do exercício do direito humano à comunicação (GUARESCHI, 2013, p. 176).

Isso posto, é importante explicitar que a interpretação que sustenta esta reflexão reconhece o caráter social exercido pelo jornalismo, através dos jornalistas que, no seu ofício, assumem e desempenham o papel de atores sociais capazes de trabalhar com as informações em prol do coletivo, do bem estar social, da democracia, da cidadania, se valendo do respeito aos direitos humanos. Essa postura, ao fortalecer a defesa de uma práxis que considere e respeite as diversidades das pessoas, levando em consideração suas capacidades e habilidades para o consumo dos conteúdos, nos dá possibilidade de avançar e refletir, também, sobre as PCDI enquanto público jornalístico.

Esse exercício de reconhecer a comunicação enquanto direito humano é fundamental para o exercício pleno da cidadania, levando em consideração, de fato, as especificidades das pessoas com deficiência. Ao trazer o debate da comunicação para as especificidades das pessoas com deficiência, Marco Bonito formula o conceito de acessibilidade comunicativa, ao compreendê-lo como “o conjunto de processos que visam

desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental” (2015, p. 88). Sendo assim, serve como provocação para discutir o acesso, participação e consumo das PCD no tocante aos meios de comunicação. Nesse sentido, deve ser pensada, praticada e consagrada nas *práxis* jornalísticas durante todo o processo de construção dos seus produtos.

Investigando a recepção jornalística de PCDI: processualidades metodológicas

Antes de discutir os aparatos mobilizados para investigar a recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual é necessário que façamos uma consideração de que ao trazer a perspectiva dos Estudos Culturais e seus desdobramentos para a discussão, a materialidade da pesquisa em jornalismo se dará a partir de suas interfaces. Ou seja, o pressuposto da interdisciplinaridade é apresentado como prática fundamental para o desenvolvimento de problemáticas nas quais questões culturais sejam atravessadas, ao passo que limitar a condução de pesquisas a uma reduzida perspectiva teórico-metodológica trará resultados que não se sustentam num contexto sociocultural e multidimensional. Ana Carolina Escosteguy (2018, p. 102) salienta que “o enquadramento da interdisciplinaridade é imprescindível porque as problemáticas e perguntas sobre o cultural, construídas dentro deste campo, exigem mais do que um enfoque e/ou uma metodologia associados a uma disciplina específica”.

Isso posto, uma das características dos Estudos Culturais sinaliza o protagonismo dos sujeitos e de suas ações cotidianas nas produções de sentido – a partir de conteúdos veiculados pelos meios – deslocando a lógica hegemônica nos estudos do campo comunicação que se debruçam, majoritariamente, a pensar as estruturas dos meios e tensionar as rotinas produtivas. Ao investigar o jornalismo atravessado pelos Estudos Culturais, temos nas pesquisas de recepção a oportunidade de analisar os conflitos, os consensos, os embates e negociações que estão em constante tensão na esfera social. Desse emaranhado surge a ideia de mediações proposta por Martín-Barbero (2015), rechaçando perspectivas reducionistas e avançando na compreensão dos processos comunicacionais, levando em conta suas multidimensionalidades, complexidades e contradições. É importante, a partir disso, reconhecer os estudos de recepção enquanto possibilidade de compreensão dos sentidos construídos por um determinado grupo a partir dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. É fundamental compreender a

recepção como uma das etapas constitutivas do processo comunicacional interligada com as demais: produção e circulação.

Assim, após apresentar, de forma sucinta, os principais elementos norteadores para a investigação, se faz oportuno explicitar os recursos e técnicas articuladas para dar conta de compreender a problemática de pesquisa.

Pensando os estudos de recepção, Jiani Bonin (2018) ressalta que os percursos metodológicos devem ser articulados em perspectivas complexas, valorizando o contexto e a realidade dos coparticipes. Essa compreensão nos provoca explorar potencialidades do trabalho de campo e as possibilidades da pesquisa qualitativa. Nesse sentido, recorre-se a triangulação metodológica (FIGARO, 2014) como uma postura que nos leva a adotar diferentes métodos de investigação para a recolha, sistematização e análise de dados do objeto em estudo. Foi com essa provocação que mobilizamos quatro recursos: entrevista compreensiva, história de vida, história oral e grupo focal.

A escolha por entrevista em profundidade se apresenta de grande utilidade, ao passo que possibilita a interpretação e reconstrução de dados colhidos pelo pesquisador. Pensando nas potencialidades da entrevista, Kaufmann (2013) defende a entrevista compreensiva como estratégica para o trabalho de campo, não apenas como método para a construção de um roteiro de perguntas, mas como premissa para a realização de uma entrevista bem-sucedida, considerando a sociabilidade entre pesquisador e pesquisado. Deste modo, compreende o pesquisador como um “artesão intelectual”, capaz de dominar e personalizar métodos e técnicas, em um projeto concreto de pesquisa. Ao avaliar o uso de questionamentos padrões nas entrevistas, tenciona-se a eficácia da entrevista impessoal, ao passo que entende que a “não personalização das perguntas ecoa a não personalização das respostas” (KAUFMANN, 2013, p. 39), assim, compete ao entrevistador estar envolvido no diálogo para despertar um bom retorno na conversa.

Buscando constituir um mosaico científico, a histórias de vida, conforme defendida por Bonin (2018), auxilia na elucidação e compreensão das trajetórias de constituição comunicacional e midiática de sujeitos, de suas culturas e subjetividades, uma vez que nos fornece uma visão subjetiva dos processos. Dela surge a possibilidade de coleta de materiais úteis para a formulação de uma constatação mais geral, com cada parte contribuindo para a compreensão de um todo. Tendo o cuidado em reconhecer que a história de vida não propicia por si só a prova definitiva de uma proposição, ela pode dar pistas de entrada para uma compreensão mais aprofundada ou até mesmo indicações

de abandono em relação à alguma teoria que não se sustenta. Seguindo na ideia do mosaico científico, os relatos nos ajudam na compreensão social, cultural, econômica, estética e política de um determinado contexto, no que compete à pesquisa das pessoas com deficiência e sua rede de sociabilidade. Contribuindo para a necessidade de coleta de informações que atendam às especificidades da pesquisa e dos atores ora investigados, a história oral também se torna útil para com os estudos de jornalismo e, nesse sentido, Ana Paula Ribeiro (2015) esquematiza contribuições para se pensar. Pela oralidade conhecemos dados inexistentes em arquivos, além de informações a partir das narrativas de quem viveu; “mais importante que o factual, é o significado que ele adquire para quem lembra” (RIBEIRO, 2015, p. 75), sendo um objeto central para os estudos de recepção, acompanhando a lógica mobilizada nos processos de construção dos relatos.

Por sua vez, quando mobilizados esforços para construção de um grupo focal, percebe-se como instrumento propício para capturar a interação entre os coparticipes, ou seja, a partir do debate entre os sujeitos e da mobilização da argumentação, a possibilidade de surgirem novas percepções, no nosso caso, sobre os conteúdos jornalísticos.

Na sequência, repercute o contexto que culminou na realização do grupo, antes de debater as estratégias, objetivos e movimentos que foram pensados como método capaz de revelar nuances e percepções de etapas anteriores que precisavam ser tensionadas.

Perceba que o desenvolvimento desta pesquisa buscou tensionar diferentes dimensões de tempo, espaço e de nível analítico no manuseio de distintos recursos metodológicos nas diferentes oportunidades de ida a campo, buscando prevenir distorções relativas à utilização de um único método e tentando assim construir um caminho seguro para a validação da pesquisa. A triangulação metodológica pode “iluminar a realidade a partir de vários ângulos, o que permite confluências, discordâncias, perguntas, dúvidas, falseamentos, numa discussão interativa e intersubjetiva na construção e análise dos dados” (MINAYO; MINAYO-GOMÉZ, 2003, p. 136 apud FIGARO, 2014, p. 128). Dito isso, resta conhecer como foram articulados no âmbito particular da pesquisa aqui relatada.

Ao todo foram realizados cinco movimentos para a coleta de dados que contribuísse para elucidar a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual. Note-se que a pesquisa teve início no primeiro semestre de 2019 e seu desfecho se deu nos primeiros meses de 2021, ou seja, o contexto da pandemia de COVID-19 atravessou

grande parte do processo e provocou mudanças em algumas perspectivas e escolhas anteriormente assumidas.

Em junho de 2019, um primeiro movimento exploratório foi realizado buscando tensionar alguns questionamentos preliminares que foram realizados para a construção da problemática da investigação. Realizada com cinco alunos da turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de um roteiro padrão de questionamentos, o movimento trouxe alguns desdobramentos e encaminhamentos: o foco em investigar conteúdos áudio e audiovisuais; a força do jornalismo local na construção do que era notícia, principalmente na noção do que era factual naquele dia em questão; e a mediação/presença da família no ato do consumo. O passo seguinte previa a realização de uma nova etapa da pesquisa exploratória, com maior número de participantes e em maior profundidade, já contando com potenciais integrantes do corpus de investigação. O movimento se concretizou em fevereiro de 2020, quando 28 participantes do Programa Jovem Aprendiz, coordenado pela APAE de Maringá (PR), que visa a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, responderam o roteiro prévio de indagações. No início do mês seguinte, em março, a pandemia de coronavírus chegou no país e rapidamente se alastrou por todas as regiões, apresentando o isolamento social como medida de combate e prevenção ao vírus.

Na sequência, em janeiro de 2021, foi constituído um grupo mediado pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, com todos os coparticipes. A finalidade foi, portanto, acompanhar o cotidiano midiático dos pesquisados por uma semana, ao passo que eram estimulados a compartilhar naquele ambiente as notícias que mais lhes chamavam atenção. A orientação era que levassem ao grupo aquela experiência, da forma que considerassem melhor, ou seja, por mensagem escrita ou falada, prints, assim como, links de reportagens, vídeos, etc. A intenção aqui também foi visualizar como os mesmos mobilizavam a tecnologia para transmitir a informação. Assim, a expectativa para com os dados colhidos pelo grupo ia ao encontro em perceber: quais telejornais e emissoras eram privilegiados? O que mais reverberava? Quais as pautas articuladas? Ainda, quais ganharam aderência na agenda pessoal? Como as emissoras participam dessa narrativa? Suprindo um movimento, que por prevenção a COVID-19 não fora possível realizar, de acompanhar junto com eles, em suas residências, o telejornal, esse exercício possibilitou, estrategicamente, uma simulação e tentativa de proximidade para com eles no momento do consumo.

Por fim, optou-se por constituir virtualmente um grupo focal, por meio da plataforma *Google Meet*, no final do mês de janeiro, oportunidade em que todos os coparticipes estiveram juntos para dialogar. Nesse sentido, a partir dos programas e notícias sinalizadas por eles, pautas similares foram apresentadas para provocar o debate, bem como sugestões de melhorias para o jornalismo, pensados a partir de suas necessidades e experiências. Tal qual, discutir a relação da deficiência e suas implicações no consumo foi uma consequência.

Características da recepção jornalística de PCDI: principais achados

Evidente que não será possível, nesse espaço, esgotar as discussões possíveis que os resultados de cada movimento realizado proporcionam. De forma oportuna, buscamos apresentar as principais análises e provocações possíveis de serem tensionadas a partir da pesquisa de campo como um todo.

Nos movimentos exploratórios, algumas pistas foram possíveis de serem observadas. Nota-se a televisão como meio de comunicação diretamente ligado com as rotinas e os hábitos de consumo das PCDI; o rádio majoritariamente associado à música; o imediatismo quando buscado referenciar o jornalismo; a predominância do jornalismo de proximidade no consumo; o questionamento da qualidade jornalística, atrelado a violência, roubos e fatos sensacionalistas; o reconhecimento da importância do jornalismo para a vida social, seja para se informar sobre os acontecimentos, bem como para lidar com as decisões cotidianas.

Ao constituir o histórico midiático de cada participante – Aroldo (45), Augusta (56), Dandara (16) e Paulo (16), Rosa (24)⁴ – por meio das entrevistas, percebeu-se algumas características gerais da relação que estes têm com a televisão. A influência do jornalismo de proximidade no seu consumo; a personificação e referência da experiência midiática a partir de apresentadores; o consumo de pautas sensacionalistas; a aderência ao agendamento midiático; e a presença da família no consumo.

Em relação à construção de um espaço mediado pelo *WhatsApp* como forma de registro dos conteúdos jornalísticos consumidos e, também, de interação entre os sujeitos coparticipes, é importante pontuar que se deu a partir dos desdobramentos da análise das entrevistas. Ou seja, algumas características reverberaram a partir da fala dos sujeitos e,

⁴ Respeitando suas identidades foram adotados pseudônimos.

com isso, a estratégia da criação do grupo online foi de perceber como se dava a mobilização do consumo e as especificidades da manifestação dessas particularidades e gostos. A proposta consistia no compartilhamento diário daqueles conteúdos jornalísticos que mais chamassem a atenção do participante naquela edição, seja por áudio, texto, foto ou vídeo, além de uma breve explicação do porquê de suas escolhas.

Uma das primeiras características possível de ser observada no consumo dos sujeitos coparticipes da investigação tem relação com a identificação e proximidade para com o jornalista/apresentador/âncora. Nos movimentos anteriores, já era possível identificar a forte presença dos apresentadores de programas jornalísticos no histórico midiático dos sujeitos. Seus nomes – Eduardo Santos⁵, Salsicha⁶, Willian Bonner⁷, Maria Júlia Coutinho⁸ – eram utilizados para localizar quais produtos jornalísticos eram consumidos pela audiência. Ou seja, a figura do apresentador assume um papel de relevância e direcionamento, mais do que o próprio telejornal e emissora. Foi assim que Rosa (24) situou, em diversas oportunidades, aos participantes do grupo, da sua rotina de consumo e, também, de notícias que chamavam sua atenção. Como por exemplo, se referindo ao programa Maringá Urgente: “Eu estou assistindo Eduardo Santos, né? O homem foi pintar o muro, aqui em Maringá, quase que ele morreu... ele estava com os equipamentos de segurança... quase ele morreu, mas não morreu não” (Rosa, 12/01/2021). Em outras oportunidades, o nome do apresentador apareceu substituindo o nome do próprio jornal, “Vi no programa do Salsicha” (Rosa, 14/01/2021), “eu to vendo agora o programa do Bacci” (Rosa, 15/01/2021). Nesse sentido, nota-se o resultado do esforço de construir um sentimento de pertença e proximidade para com o público. É comum observar o uso de jogo de câmeras, da linguística e de recursos áudio e audiovisuais para aproximar o telespectador do programa. Há outros fatores que podem levar à personificação dos conteúdos jornalísticos para com os apresentadores. Dandara (16) possui um sentimento de admiração e identificação com a jornalista Maria Júlia Coutinho, “por mais que ela é jornalista na televisão, ela também fala tudo o que ela tem que falar, ela se joga para as pessoas poderem entender o lado de cada um, por exemplo: igualdade, ter respeito. [...] faz ter vontade de assistir, ela mostra aquilo”. No caso de

⁵ Repórter com destaque no jornalismo policial. É apresentador do Maringá Urgente na Rede Massa.

⁶ Apresentador do Balanço Geral Maringá e o Cidade Alerta Maringá na RIC Record TV.

⁷ Jornalista. É editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional, da Rede Globo.

⁸ Jornalista. É âncora do Jornal Hoje na Rede Globo.

Dandara, a questão da raça atravessa a identificação, levando até almejar carreira como jornalista.

Jornalismo de proximidade: o local em pauta. Antes de refletir a partir dos conteúdos compartilhados pelos coparticipes, propõe-se um movimento de recuperar a compreensão de jornalismo de proximidade compreendido pelo trabalho. Cecília Peruzzo (2005) o caracteriza a partir de processos de identificação e consequentemente, pertencimento. Deste modo, nota-se a constituição de uma relação entre veículo e público atravessada pelo sentimento de pertencimento àquela comunidade, assim, recebem informações específicas que fazem sentido para sua vivência comunitária e cotidiana. O primeiro ponto que podemos observar é a forte aderência à programação jornalística local, em detrimento de telejornais com aderência nacional. Foram consumidos, ao longo da semana em análise, conteúdo dos seguintes programas regionais: Boa Noite Paraná e Meio Dia Paraná, na RPC/Globo; Balanço Geral na RIC/Record; e Maringá Urgente (Massa/SBT). Por sua vez, os programas com pauta nacional, foram citados Fala Brasil e Domingo Espetacular, ambos transmitidos pela Record. Há uma forte aderência e fidelidade à programação dos programas. Rosa, por exemplo, telespectadora assídua do Balanço Geral e do Maringá Urgente. Aroldo, por sua vez, prefere acompanhar a programação da RPC TV. Dandara, influenciada pela família, também privilegia a programação da afiliada da Rede Globo no estado. Quando observada a materialidade da pauta que reverberava para cada um, tem-se a característica do factual atravessado pelo local: acidentes, chuvas, roubos, violência. O enfoque e a atenção empreendida estão atravessados com a experiência de vida de cada um, seja como trabalhador, estudante e ou cidadão.

Uma característica comum das pautas consumidas tem relação ao sensacionalismo, aqui entendido como uma prática noticiosa que tem prioridade e desejo gerar impacto emocional na audiência, a partir da seleção, ênfase e repetição de elementos narrativos e imagéticos exagerado, dramático e comovente (PEDROSO, 2001). Em movimentos anteriores realizados pela pesquisa, eram comuns críticas aos conteúdos veiculados, tais como: assassinato, estupro, roubos e violência, atrelados especialmente aos programas Maringá Urgente, Cidade Alerta e Balanço Geral. De um total de 21 assuntos compartilhados durante a semana, oito possuíam fortes traços de espetáculo.

Em movimentos anteriores foi possível observar duas coisas que são refletidas aqui: a baixa influência de jornais de cobertura nacional e a pauta do coronavírus. Ao

contrário dos programas jornalísticos regionais, os telejornais de abrangência nacional em horário nobre, como o Jornal Nacional, Jornal da Band, SBT Brasil, por exemplo, não tiveram citação explícita em nenhum momento, por parte dos coparticipes. Em diferentes oportunidades nota-se a referência de assuntos que extrapolam o âmbito local, como o colapso da saúde em Manaus⁹, a aprovação da vacina contra o Coronavírus pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)¹⁰, o retorno das aulas presenciais¹¹, a alta no preço do gás de cozinha¹² e, a fase final da Copa Libertadores da América¹³. Mesmo não aparente nos relatos e nos conteúdos compartilhados, a grande mídia, a partir de sua programação nacional, influencia e ganha aderência na construção da realidade dos sujeitos coparticipes. Chama atenção o fato da mobilização dessas pautas para fazer sentido na proximidade e cotidiano de cada um.

Por fim, a pesquisa avança na realização de grupo focal. Para a realização do mesmo, foram ponderadas as preocupações em decorrência da pandemia de COVID-19, bem como, as medidas de isolamento defendidas pela OMS, levando em consideração que os coparticipes da pesquisa – pessoas com deficiência – pertencem ao grupo de risco da doença. Nesse sentido, a saída encontrada, a partir do balanceamento entre prós e contras, foi a adaptação do grupo focal para um ambiente online. Nesse processo, é importante pontuar em relação a instabilidade da conexão e a baixa usabilidade do *Google Meet* pelos sujeitos pesquisados, implicando na própria experiência do grupo, a dificuldade de manusear as ferramentas da plataforma, como ligar e desligar o microfone, fizeram como que ruídos atravessassem a conversa.

Ainda assim, o grupo focal online trouxe desdobramentos que nos ajudam a compreender a recepção jornalística das PCDI, que se apresenta como principal objetivo desta investigação. A principal intenção deste movimento foi reunir e motivar uma conversa entre os coparticipes, a partir dos conteúdos que os mesmos compartilharam durante a semana anterior pelo *WhatsApp*, ou seja: perceber como os demais receberam

⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/01/20/o-colapso-no-sistema-de-saude-em-manaus-eo-descaso-do-governo> Acesso em: 13 fev. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/17/anvisa-aprova-pedido-de-vacina-do-butantan-e-da-fiocruz.htm> Acesso em: 13 fev. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-12/mec-determina-volta-aulas-presenciais-partir-de-4-de-janeiro> Acesso em: 13 fev. 2021.

¹² Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/29/gas-de-cozinha-alta-precos.htm> Acesso em: 13 fev. 2021.

¹³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2021-01/apos-20-anos-palmeiras-volta-final-da-taca-libertadores> Acesso em: 13 fev. 2021.

aquelas notícias. Quais as familiaridades entre suas preferências e destaques? Além de observar como mobilizavam a argumentação e o raciocínio para justificar suas predileções e escolhas.

A dinâmica consistiu em exibir cinco reportagens (quatro de programas citados pelos coparticipes e uma de abrangência nacional), estas, por sua vez, foram divididas em “próximas” e “distantes” ao conteúdo cotidianamente consumidos por eles. Após a exibição de cada pauta foram colhidos impressões e destaques de cada um sobre o fato narrado. De forma sucinta, o que observou: não houve o reconhecimento de diferenças entre os programas Meio Dia Paraná¹⁴ e Cidade Alerta¹⁵, que possuem programação e editorial distintos; foi possível identificar semelhanças nas pautas entre os programas, ao buscar entender o que era noticiado em cada um deles; houve um baixo retorno em relação às pautas consideradas “distantes”, confirmando a hipótese de que era empregada pouca atenção em pautas distantes dos seus cotidianos; novamente, foi possível notar a relevância e personificação dos apresentadores na experiência jornalística; e foi comum referenciar o jornalismo como instituição capaz de mediar a compreensão da realidade.

Todas essas etapas investigativas ajudaram a tocar a recepção jornalística das pessoas com deficiência intelectual por diferentes ângulos, possibilitando observar proximidades, distanciamentos, provocações, falseamentos, num processo que atravessa todo a construção da análise e sistematização dos resultados, a partir da exposição simultânea de realidades.

Considerações finais

É oportuno recuperar uma questão que atravessou todo o processo investigativo: como compreender a deficiência intelectual no processo de consumo de produtos jornalísticos? Seria ela uma característica que necessitaria de recurso de acessibilidade? Tal qual pessoas cegas e surdas necessitam para realizar o consumo de forma autônoma? Ou seria ela uma mediação sociocultural como diversas outras, a exemplo de classe, escolaridade, idade, territorialidade, etc.? Questionados, os coparticipes foram enfáticos ao responder que a deficiência intelectual não atrapalha ou influencia o consumo jornalístico e comunicacional. Por sua vez, foi possível notar que a deficiência intelectual se manifesta de forma heterogênea em aspectos como a experiência de vida, a maturidade,

¹⁴ Jornal apresentado pela RPC, afiliada da Rede Globo no estado do Paraná.

¹⁵ Edição local veiculada a RIC, afiliada a Record no estado.

o trabalho e a escolaridade são vivências que atravessam como mediações a manifestação da deficiência.

Já num esforço de sistematização, apresentamos as principais características da recepção jornalística de PCDI observadas, são elas: a presença do jornalismo de proximidade no consumo; o sensacionalismo como marca dos telejornais consumidos; a mobilização do consumo pelas pautas agendadas; o uso do jornalismo na concretude do cotidiano; e a percepções e experiências moldadas pelo que se assiste. Com esse cenário, uma provocação se apresenta: o que difere a recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual com a recepção de pessoas sem deficiência? Apresentadas essas características de consumo sem previamente determinar qual o contexto e com qual grupo de audiência elas foram colhidas, fica perceptível que a deficiência em si não determina, tão pouco condiciona, a recepção das PCDI.

Entretanto, essa compreensão não vem desconsiderar a influência da deficiência intelectual nos usos, significados e ressignificações que os sujeitos fazem do jornalismo: como resultado da investigação, a consideramos como uma mediação sociocultural que atravessa a experiência de mundo desses sujeitos, que por sua vez, condiciona a forma pela qual eles interagem e consomem a programação jornalística. Sendo assim, podemos percebê-la com influência semelhante a outras mediações socioculturais que provocam a experiência de consumo de mídia dos indivíduos, tais como gênero, religiosidade, família e classe - que por sua vez, também mediam a experiência de vida da pessoa com deficiência.

Com isso, a pesquisa apresenta novas frentes para que se avance na investigação, reconhecendo as pessoas com deficiência intelectual como sujeitos comunicantes. Buscou-se apresentar como essa mediação opera, para, em movimentos posteriores, perceber melhor como se mobilizam e como se dá a relação dela com outras mediações. Valoriza-se esse movimento de entrada, pontuando também o fato de referências anteriores serem escassas. Além disso, destaca-se o contexto pandêmico enfrentado no período de realização do trabalho.

REFERÊNCIAS

BERNI, Felipe Collar. Interfaces entre Jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2019.

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos.** 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BONIN, Jiani. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p.59-73, set/dez. 2018.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil.** Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2015.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais latino-americanos e Jesús Martín-Barbero: mais afinidades do que disputas. **MATRIZES**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 99-113, 2018.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 124-131, maio/ago. 2014.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: pela democratização da mídia.** Petrópolis: Vozes, 2013.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo.** Petrópolis: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação.** Florianópolis: Insular, 2013, pp. 87-103.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como Forma de Conhecimento. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O Direito à Diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva.** Curitiba: Ibpex, 2008.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista.** São Paulo: Annablume, 2001.

PERUZZO, Cicília. Mídia local e regional: aspectos e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, ano 26, n. 43, p.67-84, 2005.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Contracampo**, Niterói, v. 32, n. 2, p. 73-90, abr./jul. 2015.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: Comunicação e informação na nossa época.** Rio de Janeiro: FGV, 1983.